

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 1998, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR.

Aos vinte e nove dias do mês de Outubro de mil, novecentos e noventa e oito, realizou-se a reunião extraordinariamente do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:50 horas, completado, o quórum regimental, o Secretário Geral do Conselho, Roberto dos Santos, dá início à reunião fazendo a leitura da seguinte pauta: 1- Informes; 2 – Orçamento Participativo da Cidade; 3 – Resultado do fluxograma de atendimento das farmácias das unidades de saúde de Belo Horizonte; 4 – Apresentação do anteprojeto de criação dos Conselhos de Saúde nos hospitais públicos de Minas Gerais. Em seguida convoca a 1ª secretária, Sônia dos Santos, o 2º secretário, João Athayde e o representante da Secretaria, para comporem a mesa de condução dos trabalhos. No 1º ponto de pauta, Roberto informa sobre proposta de emenda à Constituição que cria cargos no estado e registra o protesto da mesa contra o referido projeto. Sônia lê carta enviada por quatro usuárias do Conselho Distrital de Saúde da Pampulha, no qual solicitam que o CMS intervenha no sentido de ativar aquele Conselho, assim como, que os representantes da Pampulha no CMS sejam substituídos por não estarem comparecendo às reuniões. A conselheira distrital da Pampulha, Maria Josefina, presta esclarecimentos sobre a carta e passa informe da Câmara Técnica de Comunicação e pede que seja criado um documento de identificação que facilite o acesso dos membros da CT aos locais quando fizerem coberturas para o Jornal dos Conselhos Roberto esclarece que os conselheiros devem entregar a foto para confecção das carteiras de identificação. O conselheiro Evaristo Garcia, também registra seu protesto pelo projeto apresentado a Assembléia e propõe que um assessor da Câmara Municipal seja convidado a expor sobre o assunto no CMS. Passa informe sobre a Comissão que organiza a Conferência Municipal de Política Urbana, na qual representa o Conselho. O conselheiro, Antônio Amâncio, passa informe da reunião no Centro Social Serrano, da qual participou, onde foi discutida a organização da Campanha “adote seu quarteirão”, de combate à Dengue. A conselheira Maria Terezinha, informa sobre problemas que a população vem enfrentando no laboratório do Carlos Chagas. O conselheiro Paulo Venâncio, informa da plenária de conselheiros convocada pelo Conselho Nacional de Saúde para dias 19 e 20/11, em Brasília e defende a participação de delegação do CMS no evento. O conselheiro Antônio Carlos, informa sobre a boca de urna contra a Dengue, trabalho realizado em local de votação do bairro União. Propõe que seja feita uma campanha maciça de conscientização da população sobre os riscos da Dengue II (hemorrágica) e que seja feita uma tentativa junto aos empresários da indústria no sentido de que frases educativas sejam colocadas nas embalagens dos produtos, ajudando na prevenção. O conselheiro Sebastião, informa de problemas no Centro de Saúde Jaqueline, situado na divisa de Santa Luzia pelo grande número de usuários daquela cidade que são encaminhado ao Centro de Saúde enquanto, segundo diz, os moradores do bairro Jaqueline são barrados nos Postos de Santa Luzia. O conselheiro João Athayde, informa de trabalho desenvolvido no Centro de Saúde Santa Maria junto a comunidade especialmente a juventude na Campanha de combate à Dengue. Fala também sobre a campanha “adote seu quarteirão” fazendo uma análise de como vem se desenvolvendo a campanha. Propõe também que o Conselho se posicione com mais firmeza em relação a política social do governo. No ponto seguinte da pauta, a 1ª secretária, Sônia, convida para tomar assento à mesa, o representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Luiz Henrique, coordenador do Orçamento Participativo. Luiz Henrique, fala do avanço representado pelo CMS no Controle Social das políticas públicas e faz um histórico do OP desde a sua implantação acrescentando os objetivos do OP Cidade que, segundo diz, vem ampliar a participação popular na definição dos recursos. Diz que a tese que vem sendo discutida com os Conselhos é de que se estabeleçam os princípios que irão normatizar o OP Cidade num acordo ou carta compromisso distribuída aos conselheiros. Coloca que estão envolvidos no processo inicialmente os Conselhos de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Política Urbana. Lembra que no Orçamento atual, exceto os recursos vinculados como o do SUS e do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, que diz serem recursos carimbados, os recursos provenientes do tesouro municipal totalizam esse ano em torno de R\$ 860 milhões dos quais R\$ 500 milhões são gastos para financiar a folha de pagamento da educação, desenvolvimento social, coleta de lixo, parte da saúde e o restante do funcionalismo da prefeitura. Fala que R\$ 80 milhões são gastos em investimentos, R\$ 45 milhões para pagamento da dívida do município e R\$ 65 milhões com financiamento da Câmara Municipal, sobrando R\$ 170 milhões para custeio, que é o que financia os programas sociais da prefeitura. Diz que o OP Cidade fará a discussão da alocação dos recursos de custeio e das obras estruturantes que pelo seu volume não cabiam no Orçamento Participativo na forma como é feito atualmente. Esclarece que os setores citados irão se reunir para prioridades e escolher delegados para uma Conferência Municipal que decidirá sobre a destinação dos recursos de custeio e das obras estruturantes. Coloco que haverá uma alternância na participação popular, havendo num ano o OP tradicional, regional e da habitação, no outro ano a Conferência do OP Cidade, assim sucessivamente. Fala do plano plurianual de diretrizes orçamentárias que, segundo diz, não vem

62 configurando um programa de governo e uma tradução negociada desse programa entre o poder
63 público e a sociedade, o que se objetiva com a implantação do OP Cidade, fazendo coincidir o fim do
64 mandato de um prefeito com o estabelecimento de diretrizes para o governo seguinte. A primeira
65 Conferência será realizada no segundo semestre de 99. Fala que o atual plano plurianual já foi
66 discutido com a sociedade através das COMFORÇA's (Comissões de Fiscalização do Orçamento
67 Participativo) mas, segundo diz, a prefeitura quer avançar mais. Complementa informando que nos
68 próximos dias 05 e 06 de Dezembro será realizada uma Pré-Conferência que deverá discutir a
69 Conferência do OP Cidade e o formato, atribuições e poder de uma instância que afirma terá que ser
70 criada nesse processo de ampliação da participação popular que é o Conselho da Cidade cuja atribuição
71 é garantir a execução do que a Conferência tiver aprovado e será composto por todos os setores
72 participantes do OP Cidade e outros não representados nesses setores. Propõe que seja realizada uma
73 plenária da saúde para discutir os projetos do setor e preparar a atuação de seus delegados na
74 Conferência. Esclarece que cada setor tem direito a escolher 30 delegados à pré-conferência. Aberta a
75 palavra ao plenário, o conselheiro Evaristo, questiona a referência a recursos do tesouro colocando que
76 todos os recursos devem ser alocados em um fundo e afirmado que os valores citados por Luiz
77 Henrique não correspondem aos constantes da proposta orçamentária encaminhada pelo prefeito a
78 Câmara Municipal. Diz que na região de Venda Nova foram escolhidas vinte e nove obras e serão
79 realizadas oito, pergunta como ficam as outras vinte e uma escolhidas pela comunidade. Defende que
80 para realizar obras os recursos sejam buscados no FGTS. O conselheiro Antônio Carlos, concorda com
81 o senhor Garcia e questiona dados técnicos utilizados afirmando que a prefeitura não tem respeitado a
82 população citando como exemplo a construção da farmácia distrital da regional Nordeste que segundo
83 diz, não era a principal prioridade da população. Cita e agradece a colaboração da Associação dos
84 Fiscais de Saúde nas atividades da boca de urna contra a Dengue, da qual passou informe no 1º ponto
85 da pauta. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, fala da importância do OP e fala de sua
86 preocupação com a criação do Conselho da Cidade citando como exemplo sua cidade de origem onde,
87 segundo diz, foi criado um Conselho da cidade pelo prefeito para contrapor os Conselhos de Saúde e
88 educação, tendo este Conselho caráter deliberativo. Diz que conflitos entre deliberações dos Conselhos
89 são o motivo de sua preocupação e defende que essa questão seja discutida com profundidade. A
90 conselheira Cleide, fala que participa de todos os OP's, afirmando que as obras de maior interesse da
91 população de Venda Nova nunca conseguiram ser incluídas. Pergunta ao Luiz Henrique se o mesmo
92 critério de manipulação política, que, segundo diz, é utilizado no OP regional será utilizado no OP
93 Cidade. Questiona também os preços que diz serem super-faturados, colocando que muitas obras não
94 entram porque as executadas custam até três vezes o seu valor real. A conselheira Terezinha, concorda
95 com a Cleide e coloca que também na Centro-Sul foram realizadas obras que não eram prioridade da
96 população citando como exemplos obras no IMACO. Defende que o OP Cidade seja mais democrático.
97 O participante Rogério, da Comissão Local de Saúde São Cristóvão, na Noroeste, fala que no último
98 OP a região conquistou recursos para duas obras e a administração regional, SUDECAP e Secretaria do
99 Planejamento querem realizar outra obra. Diz entender que o OP deve respeitar as decisões da maioria
100 e questiona as licitações que acabam entregando obras a empresas prestadoras de serviços que chama
101 de picaretas que acabam entrando em concordata deixando a população na mão. A conselheira Joana,
102 pergunta como ficam as obras aprovadas no OP e não realizadas, o que é feito com o montante de
103 dinheiro destinado se a maioria das obras não são executadas, como entrar no esquema político para
104 conseguir a execução de obras de interesse da população e como é feita a prestação de contas dos
105 recursos gastos com as obras do Orçamento Participativo. O conselheiro Sebastião, diz que também é
106 delegado do OP há cinco anos e na sua região foi feita uma avaliação de que seriam necessários, no
107 mínimo, cem anos para que os problemas de Belo Horizonte fossem resolvidos através do OP. Pergunta
108 se não seria melhor fazer um plano diretor da cidade e acrescenta as dificuldades enfrentadas para
109 colocar no OP obras da saúde, saneamento e escolas. A conselheira Gislene, pergunta ao Luiz Henrique
110 sobre obras de 1996 que, segundo diz, ainda não foram realizadas e o por que do remanejamento de
111 recursos de obras aprovadas para outras sob alegação de que estas são prioritárias. Pergunta se não há
112 como manter uma reserva para atender obras emergenciais no sentido de não tirar recursos do OP. Pede
113 esclarecimento sobre questão ligada a duas obras que, segundo diz, estariam sendo consideradas não
114 prioritárias pela Secretaria do Planejamento levando a comunidade a se mobilizar para ir ao Gabinete
115 do Prefeito. O conselheiro José Osvaldo, pede que Luiz Henrique confirme se o Conselho terá que
116 realizar a plenária no mês de Novembro para escolha dos delegados que participarão da Pré-
117 Conferência dos dias 05 e 06/12 e pergunta qual a fonte de recursos para cumprimento das deliberações
118 da Conferência do OP Cidade em relação à Saúde já que sobre a implantação de projetos do setor,
119 financiados com recursos do FMS, a Conferência Municipal de Saúde é o fórum de deliberação. O
120 participante Jair, fala que sua região está há quatro anos esperando uma obra estruturante que liga a Av:
121 Pedro II ao Shopping Del Rey e pergunta se a Comunidade ainda terá que esperar o OP Cidade. O
122 conselheiro Leonardo, fala de sua preocupação em relação ao fato de OP Cidade prever a realização de

123 obras estruturantes e pergunta se a Secretaria do Planejamento já está pensando em como adequar essas
124 obras após os cortes determinados no pacote fiscal do governo federal que, segundo diz, impõe mais
125 perdas aos municípios. O conselheiro Antônio Gomes, fala que a associação comunitária que preside
126 construiu uma quadra de esportes por R\$ 30 mil, com recursos próprios e a prefeitura fará uma quadra
127 orçada em R\$ 200 mil no Colégio Carlos Lacerda que ainda não foi feita, o que o leva a acreditar que
128 custará ainda mais caro. Diz entender que com os cortes feitos pelo governo federal não haverá
129 dinheiro para tantas obras em Belo Horizonte. Luiz Henrique, elogia a qualidade das questões
130 levantadas pelos conselheiros, comenta a conjuntura econômica do país que fez com que a PBH
131 perdesse segundo ele, R\$ 42 milhões. Coloca que existem maneiras de reagir ao corte de recursos e a
132 prefeitura não pode ficar paralisada pela insuficiência de recursos, mas, caso o Congresso Nacional
133 aprove o ajuste proposto pelo governo, terá de haver uma séria discussão da prefeitura com a Comissão
134 Municipal do OP porque o fluxo de execução das obras realmente será, segundo diz, impactado com a
135 drástica redução da capacidade de investimento do governo municipal. Respondendo ao senhor
136 Evaristo, esclarece que está falando do orçamento de 98 e não da proposta que está na Câmara para 99.
137 Fala que a receita da Prefeitura é muito apertada e os impostos arrecadados por ela são de difícil
138 elevação, citando o IPTU que, segundo diz, é politicamente um problema sofrer qualquer aumento, mas
139 entende que futuramente através do OP Cidade a própria população poderá decidir o valor da alíquota e
140 com legitimidade aumentá-la. Fala que o que está sendo chamado de recursos ordinários do Tesouro
141 são produto dos impostos arrecadados pela prefeitura e não incluem nem os recursos vinculados, caso
142 do Fundo Municipal de Saúde sobre o qual não há margem de manobra e os possíveis recursos
143 oriundos do exterior ou do BNDES para financiamentos na área de habitação, saneamento, BHBUS,
144 etc., que não são garantidos e só vêm se houver uma contrapartida da prefeitura. Respondendo aos
145 questionamentos sobre porque fazer o OP Cidade se o OP regional apresenta problemas, coloca que de
146 fato existem vários problemas sendo um dos principais, o fluxo de execução das obras. Esclarece que,
147 em reuniões com o Conselho do OP, ficou estabelecido o prazo de dois anos em média para realização
148 de obras aprovadas no Orçamento Participativo mas, segundo diz, tem ocorrido atraso por problemas
149 gerenciais da prefeitura. Afirma que o Conselho da Cidade será deliberativo estando afeto a ele
150 inicialmente a discussão dos recursos de custeio, estruturantes do plano plurianual, assim como, a
151 definição das leis orçamentárias anuais e mais no futuro, na medida em que houver acerto, desempenho
152 social e da prefeitura, o conjunto do orçamento municipal, incluindo os gastos em custeio, pessoal,
153 Câmara e dívida. Em relação ao financiamento das políticas de saúde, diz não está seguro sobre essa
154 questão mas entende que, em princípio, quem financia a política de saúde é o Fundo havendo
155 transferência de recursos do tesouro para complementar o FMS. Acrescenta que não sabe qual será a
156 relação dos recursos do tesouro com os fundos municipais quando foi criado o Conselho da Cidade
157 sendo certo, entretanto, que nada poderá ser feito que desrespeite o que está escrito em lei. Diz que o que
158 poderá acontecer e, na sua opinião, é saudável que aconteça, é na Conferência do OP Cidade
159 estabelecendo prioridade, indicar que os recursos do setor saúde devam ser aplicados em determinadas
160 ações porque elas têm uma interface melhor com os problemas educacionais, com o problema da Vila
161 ou do trânsito e nesse sentido, segundo diz, o Conselho da Cidade estará não dominando os recursos do
162 Fundo, mas orientando a aplicação destes recursos para o CMS, o que, no seu entendimento, é legítimo
163 porque não será a prefeitura que estará definindo a forma de utilização dos recursos. Diz não concordar
164 que esteja sendo colocada uma proposta pronta para descer goela a baixo porque reafirma que é Pré-
165 Conferência de Dezembro é que definirá como será a Conferência do OP Cidade e as atribuições do
166 Conselho. O secretário adjunto, Apolo Heringer, concorda que o maior problema não é falta de
167 recursos e cita exemplo pessoal para demonstrar sua opinião de que gerenciar recursos exige
168 racionalização. Defende que uma das teses do Orçamento Participativo seja de um rever quem está
169 fazendo as obras e alterar completamente a questão do preço, quem sabe fazendo parceria com a
170 sociedade, o que, no seu entendimento, poderia contribuir para reduzir o preço das obras e gerar mais
171 empregos. O conselheiro Antônio Carlos, levanta questão de ordem e repete o pedido de
172 esclarecimento sobre os 40% de dados técnicos. Luiz Henrique esclarece que os critérios de pontuação
173 introduzidos no OP deste ano ocorreu porque a prefeitura entendeu ser necessário dar maior
174 qualificação ao voto dos delegados já que, segundo diz, existem obras que beneficiam um número
175 maior de pessoas, sendo este um dado técnico de que os delegados não dispõem, assim como, obras que
176 não obtiveram votos suficientes em OP's anteriores mas retornaram indicando ser uma demanda da
177 população, o que levou a prefeitura a dar a elas uma valoração maior. Explica que o conjunto dessa
178 valoração redundou em uma pontuação que a Comissão Municipal do OP limitou em 40% dos votos e
179 se esclarece que Belo Horizonte era a única cidade do Brasil, das que adotam o Orçamento
180 Participativo que não utilizava esses critérios de pontuação. Em relação à estimativa do valor das obras,
181 esclarece que no primeiro OP houve uma subestimação desse valor sendo aprovadas 167 obras e no
182 seguinte mais 150, para uma prefeitura acostumada a realizar em torno de 3 obras no ano. Acrescenta
183 que houve muitos erros e todas as reavaliações devem ser feitas com a participação da COMFORÇA e

184 da Comissão Municipal. Encerrado o debate, o secretário geral do Conselho, propõe que seja remetido
185 à mesa diretora o encaminhamento sobre a realização da Plenária que elegerá os delegados do setor
186 saúde à Pré-Conferência de Dezembro. Aprovada a proposta por consenso do plenário, passa-se ao 3º
187 ponto de pauta: Resultado do Fluxograma de atendimento das farmácias, a 1ª secretária, Sônia, convida
188 a Coordenadora desse serviço na SMSA, Vicencina da Costa Val para apresentar o documento do qual
189 todos os conselheiros receberam cópia. Vicencina, diz não estar preparada para apresentar o
190 Fluxograma como gostaria por não ter recebido a convocatória em tempo hábil, propondo que seja
191 marcada nova data quando se instrumentalizará melhor para a apresentação. A conselheira Cleide
192 levanta questão de ordem e defende que a discussão seja, ao menos, iniciada argumentando que são
193 muitos os problemas enfrentados nos Centros de Saúde. O conselheiro Evaristo fala da farmácia
194 distrital de Venda Nova. Os conselheiros Janine e Antônio Gomes apoiam a proposta de adiamento e o
195 conselheiro distrital Roberto apoia a questão de ordem da Cleide propondo que a questão seja
196 novamente pautada para a próxima reunião. O participante Rogério, propõe que fique para a mesa
197 diretora o indicativo de reunião extraordinária com a qualidade exclusiva de discutir essa questão. A 1ª
198 secretária, Sônia, propõe a data do dia 12/11 para realização da reunião extraordinária, acatada pelo
199 Plenário. A seguir, lê o programa da Plenária Nacional de Conselheiros que será realizada em Brasília
200 nos dias 19 e 20/11. Lê também carta da Coordenação de Saúde Mental comunicando que o Projeto de
201 Saúde Mental de Belo Horizonte recebeu um prêmio. No último ponto da pauta, o conselheiro José
202 Osvaldo, apresenta proposta de anteprojeto que cria em todo os hospitais públicos do estado os
203 Conselhos de Saúde ampliando ao nível estadual o que já foi estabelecido em lei municipal,
204 esclarecendo que o objetivo é criar nos hospitais Conselhos de representação paritária, com caráter
205 deliberativo conforme são todos os Conselhos de Saúde. Solicita que os conselheiros leiam a proposta e
206 promovam a discussão para que ao final deste processo o anteprojeto seja encaminhado, através de
207 algum parlamentar, na Assembléia Legislativa. O conselheiro João Athayde, fala que tem informações
208 de que o Conselho de Direitos Humanos da Secretaria Estadual de Justiça, estaria propondo a criação
209 de ouvidorias nos hospitais públicos e, no seu entendimento, os Conselhos de Usuários têm um caráter
210 mais democrático e representam um controle maior do que ouvidoria. Comenta o projeto, afirmando
211 que necessário fazer uma discussão da composição do Conselho considerando que, na sua opinião, a
212 área de abrangência de um hospital não pode ser definida geograficamente. Aponta outras questões
213 que, no seu entendimento, reforçam a importância de os conselheiros lerem com atenção o projeto e
214 discuti-lo profundamente. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio Carvalho, fala que considera super
215 importante a proposta que vê como semelhante à do Conselho criado no Hospital das Clínicas e
216 questiona a inclusão no projeto do conceito de “representantes do setor produtivo”, por entender que
217 isso significa a exclusão de trabalhadores da saúde que não trabalham no hospital, mas são usuários e
218 que, na sua opinião, ficam impedidos de participar do Conselho como representantes de trabalhadores.
219 Propõe que o item seja modificado para “representantes do movimento sindical.” O conselheiro
220 Evaristo, fala que, na sua opinião, o anteprojeto poderia ser discutido internamente, mas o Conselho
221 Municipal de Saúde deveria propor a realização de uma Conferência Estadual de Saúde, onde se
222 deliberaria sobre o tema. Às 18:30 horas, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual foi
223 lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente do Conselho e pelo
224 secretário-geral. Belo Horizonte, 29 de Outubro de 1998.
225 RFF/vld